



TERMO DE REFERÊNCIA
Substituição do Piso Elevado - CE

TR/DIMP/20/2026

Equipe Responsável	
Elaboração	
Serviço de Manutenção Predial – SMAP	Fernando Lopes do Nascimento Mat.: 348.589
Divisão de Manutenção Predial – DIMP	Dalil Mady Filho Mat. 342.386
Aprovação Motivada	
<i>Considerando que o Termo de Referência elaborado se apresenta de forma conveniente e oportuna para atender a demanda exposta no Estudo Técnico encaminho este Termo para aprovação. Os elementos para que as empresas especifiquem seus preços estão no Termo de Referência, após pesquisa ao mercado pela área competente.</i>	
Departamento de Engenharia e Manutenção Predial – DEMP	Diego Souto Monteiro Matrícula: 343.749

HISTÓRICO DE REVISÕES

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTOR
01/04/2026	01	Versão Inicial	Fernando Lopes do Nascimento
16/04/2026	02	Ajustes à análise da SUSL	Fernando Lopes do Nascimento

22/04/2026	03	Ajustes após apontamentos do SECM	Fernando Lopes do Nascimento
08/05/2026	04	Ajustes aos apontes do SECD	Fernando Lopes do nascimento

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para substituição do piso elevado e colagem do revestimento do piso vinílico, com fornecimento de materiais, localizados nos pavimentos 2 e 3 do edifício da filial da DATAPREV Ceará.

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A descrição completa dos serviços, objeto desta contratação, encontra-se detalhada na Especificação do Objeto – ANEXO I deste Termo de Referência (TR).

3. HABILITAÇÃO TÉCNICA

3.1. Comprovação de registro da empresa licitante e seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, com habilitação na especialidade de Engenharia Civil ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) com habilitação em Arquitetura ou outro conselho e habilitação que a legislação permitir (desde que comprovado pelo licitante) conforme legislação vigente.

3.2. Comprovação de que o(s) responsável(eis) técnico(s) da licitante possui(em) vínculo jurídico com a empresa licitante, através, por exemplo, de contrato de prestação de serviço, ou, no caso de empregado(s) pertencente(s) ao quadro da empresa concorrente, da carteira de trabalho, ou quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será realizada mediante a apresentação do Contrato Social ou Certidão da Junta Comercial do Ato Constitutivo devidamente atualizado. A comprovação de vínculo poderá se dar, ainda, por declaração de contratação futura de profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

3.2.1. Não serão aceitos contratos de prazo indeterminado nos quais os responsáveis técnicos não estejam listados na certidão exigida no item **3.1**, salvo se acompanhados de uma declaração de regularização futura junto ao Conselho pertinente e com a anuência do profissional.

3.3. Atestado de capacidade técnica operacional, com serviços similares, de complexidade equivalente ou superior, ao especificado no objeto deste termo, contendo no mínimo serviços da parcela de maior relevância, em papel timbrado, do emitente, comprovando a experiência técnica.

3.3.1. Parcela de maior relevância: Substituição de piso elevado em área de 50 m2.

3.4. Atestado(s) de Visita (modelo no ANEXO III) ao(s) local(ais) onde serão

executados os serviços, fornecido(s) e assinado(s) por um funcionário da DATAPREV, bem como por representante da empresa concorrente, quando deverão ser cuidadosamente levantados e avaliados pelas concorrentes todos os detalhes técnicos e as respectivas interferências na exequibilidade dos serviços, dirimindo oportunamente todas as dúvidas, inclusive para fins de orçamento.

3.4.1. As empresas que desejarem realizar a visita técnica, deverão contatar a DATAPREV para marcar data e hora da visita com seu representante conforme segue:

- Francisco Newton Rocha Gomes – (85) 3089-1770 – francisco.newton@dataprev.gov.br.
- Regina Celia Pontes Costas Sales - regina.sales@dataprev.gov.br.

3.4.2. Os Atestados de Visitas poderão ser substituídos por declaração (modelo no ANEXO IV) da proponente que não alegará, sob qualquer hipótese, impedimento para a execução do objeto decorrente de dificuldades técnicas não conhecidas.

4. PRAZOS

4.1. O prazo de execução dos serviços é de 3 (três) meses, contados da assinatura do Contrato / Pedido de Compra.

4.2. A vigência contratual será de 9 (nove) meses, a partir da data da assinatura do Contrato/Pedido de Compra, podendo ser prorrogada mediante Termo Aditivo, respeitadas as condições estabelecidas na Lei 13.303/2016.

4.3. A execução dos serviços deve iniciar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da assinatura do Contrato / Pedido de Compra.

4.4. A conclusão dos serviços será formalizada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da vistoria realizada pela gestão técnica do contrato, com a emissão do Termo de Aceite assinado pela **DATAPREV**.

5. GARANTIA DOS SERVIÇOS

5.1. A garantia dos materiais e serviços deverá ser de, no mínimo, **6 (seis) meses**, contados a partir da entrega destes. Neste período, nos casos de imperfeições ou imperícia dos serviços, estes deverão ser refeitos ou reparados, sem ônus adicional para a DATAPREV, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir da conclusão de cada serviço.

5.2. Quando o serviço de garantia ocorrer fora do prazo de vigência, valerão os prazos do CDC – Código de Defesa do Consumidor (LEI Nº 8.078, DE 1990).

6. GARANTIA CONTRATUAL

6.1. Para garantir a fiel execução do contrato, a CONTRATADA deverá prestar, no prazo máximo de 10 dias úteis, prorrogáveis por igual período, contados da assinatura do contrato, a garantia de 5% (cinco por cento) do valor da contratação, em uma das modalidades previstas na Lei nº 13.303/16, ficando ressalvada, desde já, a exigência de eventuais reforços de garantia, dentro dos limites da Lei.

6.2. A não apresentação da garantia contratual autoriza a DATAPREV a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, a partir do pagamento da primeira fatura, até o limite do valor da garantia;

6.3. No caso de garantia na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá ter seu prazo final de vigência estabelecido excedendo em, no mínimo, 03 (três) meses do prazo final do presente contrato (Instrução Normativa nº 12/2020);

6.4. Não serão aceitas garantias oferecidas que possuam cláusulas ou condições que impeçam ou restrinjam seu uso em favor da DATAPREV durante a execução do contrato, inclusive em decorrência de aplicação de penalidades e de responsabilidades civil e trabalhista;

6.5. Nos casos em que valores de multas ou indenizações venham a ser descontados da garantia, o valor original desta deverá ser recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato;

6.6. A garantia prestada pela CONTRATADA somente será liberada ou restituída após a integral execução do contrato, bem como a comprovação de quitação de todas as sanções eventualmente aplicadas;

6.7. Rescindido o contrato por culpa da CONTRATADA, perderá esta, em favor da DATAPREV, a garantia prestada

7. LOCAIS E HORÁRIOS

7.1. Os serviços especificados neste Termo de Referência deverão ser executados nas dependências do imóvel ocupado pela DATAPREV Ceará, situado à Avenida Santos Dumont, 3.060 – 2º e 3º pavimentos – Aldeota – Fortaleza – CE.

7.2. Os serviços deverão ser executados fora do horário comercial.

7.2.1. A contratada deve solicitar, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, à gestão técnica do contrato autorização para acesso do seu pessoal à DATAPREV, a fim de executar serviços nos finais de semana ou feriados, informando o nome, número de identidade, o motivo e o período de permanência nas instalações.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA, em até 48 horas após notificação da DATAPREV, deverá indicar um preposto, que fará a interlocução com a Gestão Técnica e com a Gestão Administrativa do Contrato, bem como tratará de assuntos relacionados à presente contratação, informando o número do telefone e e-mail, para contato em caso de necessidade.

8.2. Ter responsável técnico pela execução dos serviços, qque assuma, inclusive, a responsabilidade de deliberar, seja por telefone ou presencialmente, sobre qualquer determinação que se torne necessária.

8.3. Executar os serviços sem que estes interfiram no bom funcionamento da

DATAPREV. Sempre que necessário, será contatada a fiscalização, para compatibilização dos serviços com os trabalhos da DATAPREV.

8.4. Prestar, em até 48 horas, informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela DATAPREV referentes aos serviços executados.

8.5. Dar ciência imediata à DATAPREV, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

8.6. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela DATAPREV quanto à execução dos serviços contratados, sem ônus à DATAPREV.

8.7. Informar previamente a identificação dos funcionários que prestarão qualquer dos serviços contratados nas dependências da DATAPREV.

8.8. Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de materiais, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços, não cabendo à DATAPREV qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer.

8.9. A CONTRATADA é responsável para os casos de:

- Imperfeição, insegurança ou falta de solidez nos serviços executados.
- Emprego de ferramentas e equipamentos inadequados, incluindo os de segurança individual.
- Acidentes de seus funcionários, empregados da DATAPREV ou mesmo terceiros, quando da execução dos serviços.
- Inobservância de leis, regulamentos ou postura.
- Não pagamento de encargos trabalhistas, sociais e tributários.

8.10. Apresentar, durante a fase de habilitação, orçamento discriminado com preços parciais por item de serviço, contendo exatamente os itens/subitens, as discriminações e as unidades da planilha padrão DATAPREV (ANEXOS II).

8.11. Manter durante todo o período do Contrato, situação regular da empresa perante o Conselho Profissional.

8.12. Apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato, comprovação de regularidade da empresa licitante e seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional, dentro da validade, ou declaração de isenção ou não obrigatoriedade da inscrição no Conselho, emitida por este.

8.13. Será exigido da empresa CONTRATADA conformidade com a base legal de proteção de dados e nível de segurança adequados à classificação das informações que serão tratadas durante a execução do contrato.

8.14. As empresas deverão providenciar a celebração do Termo de Sigilo e Privacidade

Vinculada ao Contrato, conforme modelo disposto no ANEXO V – Termo de Sigilo e Privacidade Vinculado ao Contrato.

8.15. Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deve observar os valores éticos e organizacionais do Código de Conduta Ética e Integridade da DATAPREV e da legislação vigente (Normas e Códigos da DATAPREV serão disponibilizados após a contratação).

8.16. Manter comunicação constante com a gestão técnica e administrativa do contrato por meio dos contatos definidos no plano de comunicação, informando, imediatamente, qualquer alteração nos referidos contatos.

8.17. Demonstrar, durante a vigência do contrato, que mantém as condições de habilitação da licitação para a adequada prestação dos serviços contratados e para o atendimento das demandas da DATAPREV, com qualidade e tempestividade.

8.18. Encaminhar, quando solicitado, à DATAPREV os contatos da Seguradora, responsável pela emissão do Seguro Garantia do contrato.

8.19. A licitante deverá apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da assinatura do Contrato / Pedido de Compras, declaração emitida pelo fabricante do produto ofertado, confirmando a autorização para comercialização e assegurando a garantia e suporte técnico durante o prazo contratual.

9. OBRIGAÇÕES DA DATAPREV

9.1. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência em desacordo com o cumprimento das obrigações assumidas.

9.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA para a perfeita execução do objeto desta contratação.

9.3. Formalizar o recebimento ou a rejeição dos serviços dentro dos prazos estabelecidos.

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, por profissional especialmente designado.

9.5. Liberar o acesso dos funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, às instalações da Empresa, onde estejam sendo realizados os serviços contratados.

9.6. Exigir da empresa contratada conformidade com a base legal de proteção de dados e nível de segurança adequados à classificação das informações que serão tratadas durante a execução do contrato.

9.7. Recepcionar orientações quanto ao tratamento de dados pessoais a que tenham acesso ou contato na execução de suas atividades.

10. ANTICORRUPÇÃO, CONFORMIDADE E INTEGRIDADE

10.1. A CONTRATADA cumprirá a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e o respectivo Decreto Regulamentador nº 11.129/2022, notadamente em ter e manter um Programa de Integridade (art. 56 do Decreto Federal nº 11.129/2022), assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da DATAPREV, comprometendo-se a CONTRATADA a não praticar qualquer atividade que constitua uma violação à referida legislação.

10.1.1. As Partes declaram e garantem que nenhuma fase da execução do contrato, como, a título de exemplificação, a de obtenção de licenças ou autorizações oficiais relevantes, aprovação de testes operacionais ou inspeções de bens ou locais, será realizada através de meios ilícitos.

10.1.2. As Partes comprometem-se ainda a adotar medidas razoáveis e eficazes para assegurar que todos seus colaboradores, empregados e dirigentes, que trabalham direta ou indiretamente no Contrato, cumprem tal garantia.

10.1.3. A obrigação de não corrupção das Partes mantém-se após a cessação de vigência do presente Contrato.

10.2. A CONTRATADA declara, garante e aceita que, com relação a este Contrato, não praticará nem tentará praticar qualquer solicitação, não houve e não haverá nenhuma solicitação, exigência, cobrança ou obtenção para si e para outrem de vantagem indevida ou promessa de vantagem indevida, a pretexto de influir em ato praticado por agente público e/ou privado, restando expresso, ainda, que nenhum favorecimento, taxa, dinheiro ou qualquer outro objeto de valor foi ou será pago, oferecido, doado ou prometido pela CONTRATADA ou por qualquer de seus agentes ou empregados, direta ou indiretamente.

10.3. A CONTRATADA, por meio de todos seus colaboradores, empregados e dirigentes, que trabalham direta ou indiretamente no Contrato também se obrigam a cumprir a legislação referida no item 10.1 e garante que não irá, em razão deste Contrato, ou de quaisquer outras transações comerciais envolvendo as partes, transferir qualquer coisa de valor, direta ou indiretamente, a qualquer pessoa do setor privado ou servidores e empregados públicos, de todas as esferas, a fim de obter ou manter qualquer outro benefício ou vantagem indevida.

10.4. A CONTRATADA declara e garante que não está (i) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção; (ii) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foram condenados ou indiciados sob a acusação de corrupção ou suborno; (iii) listados em alguma entidade governamental, como o CGU-CEIS e o CNEP, ou suspeitos de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro; (iv) sujeitos a restrições ou sanções econômicas e de negócios por prática anticoncorrencial; e (v) banidos ou impedidos, de acordo com qualquer lei que seja imposta ou fiscalizada por qualquer entidade governamental.

10.4.1. O termo "Corrupção", conforme utilizado nesta Cláusula, e nesse Contrato, como um todo, incluem Extorsão, Suborno ou Concussão, Tráfico de Influência e lavagem de dinheiro decorrente destas práticas.

10.5. A CONTRATADA obriga-se a manter registros contábeis fidedignos e concorda que, a DATAPREV poderá, nos termos da legislação aplicável, proceder à verificação de

Integridade (Due Diligence) e verificação de compliance com a CONTRATADA de que trata essa Cláusula, inclusive diligências visando avaliar a conformidade, qual seja, o cumprimento de todos os regulamentos, leis e legislação anticorrupção pela CONTRATADA, sendo que a CONTRATADA irá cooperar totalmente no curso de qualquer verificação de conformidade, obrigando-se a apresentar as informações e documentos eventualmente necessários, sempre que solicitado, inclusive quanto ao preenchimento, sempre que provocado, do Due Diligence de Integridade da DATAPREV.

10.6. A CONTRATADA notificará prontamente, por escrito, a DATAPREV acerca do recebimento de qualquer notificação de qualquer entidade governamental – qualquer dos poderes e administração pública direta ou indireta – relacionada a fatos ou investigações relativas a atos de corrupção, a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta Cláusula.

10.6.1. Caberá a DATAPREV, por meio de seu sistema de Integridade interno, avaliar as providências cabíveis, de suspensão e/ou demais penalidades legais e contratuais, inclusive de processo administrativo interno de responsabilização de pessoa jurídica, previsto na legislação descrita no item 10.1, bem como normatizado internamente pela DATAPREV, e a ser conduzido pela Corregedoria da DATAPREV.

10.7. O descumprimento dessa Cláusula pela CONTRATADA ou seus colaboradores, empregados e dirigentes, ressalvadas as demais hipóteses de rescisão previstas em lei ou neste instrumento, será considerado uma infração grave e conferirá à DATAPREV o direito de rescindir de imediato o Contrato, ficando a CONTRATADA obrigada a eximir a DATAPREV de quaisquer ações, perdas e danos decorrentes de tal descumprimento. Ainda, nessa hipótese de violação a qualquer legislação anticorrupção, conformidade e de Integridade, a CONTRATADA ficará responsável por indenizar a DATAPREV contra todo e qualquer dano que esta suporte em razão do descumprimento das obrigações e declarações estabelecidas nesta Cláusula.

11. PAGAMENTO E FATURAMENTO

11.1. O pagamento deverá ser efetuado pela DATAPREV no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal.

11.2. A DATAPREV não pagará juros de mora por atraso de pagamento de Faturas referentes à prestação dos serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas contratuais.

11.3. A emissão da Nota Fiscal, em arquivo PDF, somente poderá ser realizada pela CONTRATADA, após o envio do Relatório de Medição pela DATAPREV, que somente irá emitir após a emissão do Termo de Aceite definitivo de todos os serviços.

11.4. A CONTRATADA deverá indicar, na Nota Fiscal, o número do contrato, o número da medição e o período de prestação dos serviços.

11.5. A Nota Fiscal da CONTRATADA com retenção do INSS, caso seja aplicável, deverá ser encaminhada para a CONTRATANTE, pelo endereço eletrônico: atendimento.ucr@dataprev.gov.br, (os demais documentos exigidos mantêm o prazo já estabelecido), em atendimento à implementação da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), que faz parte das obrigações acessórias do eSocial. O envio

em atraso poderá incorrer em encargos moratórios para a CONTRATADA.

11.6. A gestão administrativa do contrato informará os procedimentos, para que a CONTRATADA apresente, mensalmente, a documentação indicada entre os subitens **10.6.1** e **10.6.7**:

11.6.1. Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

11.6.2. Certidões Negativas de Débitos do Estado e do Município;

11.6.3. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF emitido pela Caixa Econômica Federal;

11.6.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT emitida pelo Poder Judiciário do Trabalho;

11.6.5. SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

11.6.6. CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal;

11.6.7. Para a empresa optante pelo Simples, enviar, mensalmente, a “Declaração a ser apresentada pela Pessoa Jurídica constante do art. 4º, inciso XI, da Instrução Normativa da RFB nº 1.234 de 11/01/2012” e o comprovante de pagamento do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional).

11.7. Do pagamento a ser efetuado na forma e condições estipuladas neste Instrumento, serão descontadas as multas ou acrescidos os créditos porventura devidos ou a receber pela CONTRATADA.

11.8. A DATAPREV se reserva o direito de deduzir de qualquer crédito devido as eventuais diferenças pagas a maior.

11.9. O prazo de pagamento será suspenso se os serviços forem rejeitados, se houver pendência de documentação ou qualquer obrigação contratual, sendo garantido à CONTRATADA o direito ao exercício da ampla defesa e do contraditório.

11.10. A CONTRATADA assume o compromisso de manter sua situação fiscal em conformidade, apresentando as certidões que atestam essa regularidade;

11.11. A DATAPREV reterá os valores devidos de impostos que incidam sobre a contratação, conforme especificado em Lei. Caso a CONTRATADA esteja dispensada da retenção, por força de isenção, não incidência ou alíquota zero, na forma da legislação vigente, deverá ser destacada, no corpo da Nota Fiscal/Fatura ou Recibo, a fundamentação legal da dispensa da retenção.

11.12. Haverá 1 (uma) única medição para pagamento da contratação correspondente à entrega completa dos serviços que fazem parte do objeto desta contratação.

12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 12.1. Gestor técnico: Divisão de Manutenção Predial – DIMP.
- 12.2. Fiscal técnico: Divisão de Manutenção Predial – DIMP.
- 12.3. Gestor administrativo: Divisão de Gestão Administrativa de Contratos Diversos – DGCD.
- 12.4. Os representantes da CONTRATADA reportar-se-ão diretamente ao fiscal da DATAPREV, ou a outro funcionário por ele designado.
- 12.5. O serviço contratado estará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização pela DATAPREV na verificação do cumprimento integral do objeto contratado.
- 12.6. No caso de irregularidades ou não aceitação do serviço realizado, a CONTRATADA deverá sanar o problema dentro do prazo estabelecido de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da confirmação do recebimento pelo destinatário.
- 12.7. A CONTRATADA deverá retirar do local dos serviços, no prazo estabelecido na notificação encaminhada pela gestão técnica da DATAPREV, qualquer funcionário que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da fiscalização.
- 12.8. A fiscalização dos serviços exercida pela DATAPREV não exclui, nem reduz, as responsabilidades da CONTRATADA, citadas neste documento.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Por inadimplência de qualquer cláusula ou condição do presente contrato, seja por imperfeição, erro ou atraso, a CONTRATADA incorrerá em infração contratual, ficando sujeita às sanções constantes desta cláusula aplicável isolada ou cumulativamente, a critério da DATAPREV, ressalvados os motivos de força maior ou caso fortuito comprovados pela CONTRATADA e aceitos pela DATAPREV.
- 13.2. Com fundamento nos artigos 82, 83 e 84 da Lei nº 13.303/2016, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
- 13.2.1. Advertência.
- 13.2.2. Multa.
- 13.2.3. Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a DATAPREV, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 13.3. As penalidades de advertência e suspensão poderão ser aplicadas juntamente

com a de multa.

13.4. As penalidades previstas acima não excluem a aplicação, quando cabíveis, de outras previstas em legislação própria.

13.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa, garantindo a defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação, sem prejuízo às sanções estabelecidas nos Artigos 82 e 83 da Lei nº 13.303/2016.

13.6. Especificamente, para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir.

13.7. O somatório das multas de cada competência ficará limitado a 10% (dez por cento) do valor total medido, a ser aplicado na fatura da competência subsequente à dos fatos geradores que as originaram, salvo no caso da última competência do contrato, sobre a qual incidirão os valores das multas nela originadas.

13.8. O atraso injustificado, pelo período superior a 30 dias, na entrega dos serviços, configura inexecução total do contrato, podendo ser, a critério da Administração, rescindido unilateralmente.

13.9. Caracterizará inexecução parcial do contrato a reincidência das infrações de grau 06 da Tabela 1. Por conseguinte, uma nova reincidência de infrações dessa natureza, implicará na inexecução total do contrato, podendo, a critério da DATAPREV, ensejar rescisão contratual de forma unilateral.

TABELA 1		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Deixar de atender ao prazo estabelecido no item 4.1 do Termo de Referência.	4
02	Deixar de atender ao prazo estabelecido no item 4.3 do Termo de Referência.	3
03	Deixar de atender ao prazo estabelecido no item 8.4 do Termo de Referência.	2
04	Deixar de atender no item 8.5 do Termo de Referência.	6
05	Deixar de atender ao prazo estabelecido no item 8.12 do Termo de Referência.	1
06	Deixar de se reunir com a gestão técnica no prazo estabelecido no item 01 do ANEXO I do Termo de Referência	3
07	Subcontratar partes do serviço acima de 50%	6
08	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução dos serviços.	3
09	Recusar-se a executar serviço determinado pela Dataprev, sem motivo justificado.	2
10	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência, do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas.	1
11	Deixar de responder, dentro do prazo estabelecido, às comunicações oficiais da DATAPREV.	4

12	Deixar de manter as condições habilitatórias durante a vigência do contrato.	6
13	Deixar de cumprir qualquer exigência legal, trabalhista ou fiscal durante a vigência do contrato firmado com a Dataprev.	3
14	Deixar de atender ao prazo estabelecido no item 5.1 do Termo de Referência.	3
15	Deixar de atender ao prazo estabelecido no item 8.1 do Termo de Referência.	1

TABELA 2	
GRAU	PERCENTUAL DA MULTA
1	0,5% sobre o valor da medição do serviço, por ocorrência e por dia de atraso
2	0,8% sobre o valor da medição do serviço, por ocorrência e por dia de atraso
3	1% sobre o valor da medição do serviço, por ocorrência e por dia de atraso
4	2% sobre o valor da medição do serviço, por ocorrência e por dia de atraso
5	2% sobre o valor da medição do serviço, por ocorrência e por dia de atraso
6	3% sobre o valor da medição do serviço, por ocorrência e por dia de atraso

14. REAJUSTES

14.1. O reajuste será procedido para cada valor contratado (parcelas, garantia contratual, saldos de parcelas) aplicado somente às parcelas contratualmente vincendas e representará a quantia que deverá ser acrescida ou deduzida daquelas importâncias em consequência da variação do índice de preços definido.

14.2. Para Obras e Serviços de Engenharia o reajuste de preços terá periodicidade anual, a contar da data limite para apresentação da proposta que deu origem ao contrato, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, com base na variação do INCC – Índice Nacional de Custo da Construção.

14.3. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15. GENERALIDADES

15.1. A DATAPREV se reservará ao direito de efetuar diligência no que julgar conveniente.

15.2. No caso de acréscimos ou supressões de serviços constantes dos Orçamentos

Detalhados – ANEXOS II, serão adotados os seus preços unitários.

15.3. O Contrato / Pedido de Compra poderá ser alterado, conforme legislação vigente.

15.4. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas e responsabilidades referentes aos custos acessórios, fornecimento de material, insumos, ferramentas e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, sejam eles impostos, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, taxas, seguros, transporte de pessoal e de materiais e quaisquer outros que incidam sobre o objeto contratado.

15.5. Não haverá depósito de materiais nos ambientes de trabalho da DATAPREV, devendo ser respeitados os locais indicados pelos representantes da DATAPREV para armazenamento de produtos, insumos, ferramentas etc. Os vestiários, sanitários e refeitórios para uso dos funcionários da CONTRATADA serão determinados pela fiscalização da DATAPREV.

15.6. A proposta de orçamento deve conter os seguintes itens:

- Papel timbrado da empresa.
- Dados da empresa (Nome, CNPJ, Endereço completo).
- Dados para contato (Nomes, telefones, e-mail).
- Prazo de validade da proposta.
- Orçamento discriminado, com quantidades e preços unitários sob a responsabilidade da CONTRATADA, utilizando-se as planilhas de preços propostas pela DATAPREV (ANEXO II).

15.7. Sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, a CONTRATADA poderá, durante a execução do contrato, subcontratar partes do serviço em até 50% (cinquenta por cento) do valor global do contrato, nos termos da Legislação Vigente, sendo vedada a subcontratação total do objeto, sob pena de rescisão do Contrato / Pedido de Compra. É vedada a subcontratação dos segmentos de atividades cuja comprovação da Habilitação Técnica tenha sido requerida. A proposta de subcontratação deverá ser apresentada por escrito e, somente após a aprovação do Gestor Técnico do Contrato, os serviços a serem realizados pela subcontratada poderão ser iniciados, para tanto, diligências poderão ser realizadas.

15.8. De modo a aumentar a competitividade do certame será permitida participação de empresas em consórcio ou cooperativa, respeitando-se as limitações da Lei 13.303/2016.

16. ANEXOS

ANEXO I – Especificação do objeto.

ANEXO II – Planilha de preços.

ANEXO III – Atestado de visita.

ANEXO IV – Declaração de substituição do atestado de visita.

ANEXO V – Termo de sigilo e privacidade vinculado ao contrato.

ANEXO VI – Plantas da área de circulação 2 e 3 PAV.

* Este documento se torna válido a partir da assinatura de todos os signatários indicados. Estando automaticamente invalidadas assinaturas posteriores realizadas por usuários não indicados.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lopes do Nascimento, Analista de TI**, em 08/05/2026, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dalil Mady Filho, Gerente**, em 11/05/2026, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diego Souto Monteiro, Gerente Executivo**, em 12/05/2026, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://dataprev.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0234715** e o código CRC **A292D50C**.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1 – REUNIÃO DE PLANEJAMENTO

A CONTRATADA deverá se reunir com a gestão da DATAPREV, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da assinatura do Contrato / Pedido de Compras, para:

- Apresentar as características dos serviços a serem executados e esclarecer eventuais dúvidas.
- Indicar formalmente um funcionário da CONTRATADA para comunicação com o fiscal do contrato da DATAPREV.
- Apresentar o Cronograma físico representando as datas e horários de execução dos serviços.
- Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente ao objeto contratado, se esta for prevista na legislação vigente.

2 – ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Nas áreas de circulação de pessoas do 2º e do 3º andar, correspondente à 272 m², conforme plantas do ANEXO VI do TR - Plantas da Área de Circulação 2 e 3 PAV, deverá ser realizada a substituição do piso elevado e a colagem do revestimento do piso vinílico, com fornecimento de materiais.

2.1 – PISO ELEVADO

2.1.1 – MATERIAL

O piso elevado a ser substituído deverá atender à seguinte especificação:

A CONTRATADA deverá fornecer:

272 M² DE PISO ELEVADO EM PLACAS DE 60X60CM REF: G8P FEITO EM TERMOPLÁSTICO RECICLADO, COM PEDESTAIS AJUSTÁVEIS QUE ELEVAM O SISTEMA EM 14 CM DE ALTURA ACABADA, SEM REVESTIMENTO PARA USO EM ÁREAS INTERNAS, REF.: REMASTER, COMPOSTO DE: PLACA 60X60CM PEQUENA REF: G8P, PEDESTAL - CENTRAL REGULÁVEL (REGULÁVEL -INT), BASE - PEDESTAL REGULÁVEL C/TNT, ROSCA - NIVELADORA (PISO REGULÁVEL), TUBO - PVC, PRETO, RÍGIDO - Ø41,5MM X 2M (BEN.) E ADESIVO - RADCOL PU REMASTER 1KG.

**Anexo I do Termo de Referência
Substituição do Piso Elevado – CE**



Foto 1: Piso Elevado Remaster



Foto 2: Componentes do Piso Elevado Remaster

2.1.2 – SERVIÇO

2.1.2.1 – O serviço de substituição dos pisos elevados consiste na seguinte sequência básica de etapas:

- RETIRADA DO PISO ELEVADO EXISTENTE
- LIMPEZA DA LAJE QUE RECEBERÁ O PISO ELEVADO NOVO
- INSTALAÇÃO DO PISO ELEVADO NOVO

2.1.2.2 – O serviço de substituição dos pisos elevados deve acontecer antes da recolagem do piso vinílico para não prejudicar o serviço de recolagem.

2.1.2.3 – Os serviços de remoção e realocação das estações de trabalho serão de responsabilidade da DATAPREV.

2.1.2.4 – A DATAPREV será responsável pela desinstalação e reinstalação da parte elétrica e de rede, se necessário.

2.2 – PISO VINÍLICO

2.2.1 – MATERIAL

**Anexo I do Termo de Referência
Substituição do Piso Elevado – CE**

O piso vinílico existente, totalizando 272 m², será reaproveitado, de forma que a CONTRATADA deverá realizar a recolagem do piso e fornecer adesivo para assentamento de piso vinílico de 47,5x47,5cm que permita a remoção e reinstalação sem danificar o existente, ref.: tackfix adesivo tack permanente, produto atóxico e sem odor forte, rendimento: 150g/m², considerando a seguinte especificação:



Foto 3: Piso vinílico

2.2.2 – SERVIÇO

O serviço de recolagem deve compreender as seguintes etapas básicas:

- REMOÇÃO DO PISO VINÍLICO EXISTENTE
- LIMPEZA DO PISO VINÍLICO E DO PISO ELEVADO EXISTENTE
- REINSTALAÇÃO DO PISO VINÍLICO EXISTENTE

3 – GENERALIDADES DOS SERVIÇOS

3.1 – A CONTRATADA deverá executar os serviços com mão de obra qualificada, sob responsabilidade técnica de profissional habilitado.

3.2 – Todos os serviços deverão ser executados conforme as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que definem requisitos, métodos de ensaio, dimensões, resistência, especialmente:

SISTEMA DE PISO ELEVADO MODULAR

ABNT NBR 11802 – Pisos elevados – Especificação - Define condições exigíveis para pisos elevados com placas removíveis e intercambiáveis utilizados em edificações.

ABNT NBR 15805 – Pisos elevados de placas de concreto — Requisitos e procedimentos - Estabelece requisitos, métodos de ensaio e condições de recebimento de pisos elevados de placas

**Anexo I do Termo de Referência
Substituição do Piso Elevado – CE**

de concreto.

ABNT NBR 12048 – Pisos elevados — Determinação da resistência às cargas verticais concentradas — Método de ensaio - Método de ensaio para verificar a resistência do piso elevado sob cargas concentradas.

PISO VINÍLICO

Estas normas tratam especificamente do produto vinílico e da sua instalação sobre contrapiso ou piso elevado:

ABNT NBR 14917-1:2022 – Revestimentos resilientes para pisos — Parte 1: Requisitos, características e classes - Estabelece características, classes de uso e requisitos para mantas e placas vinílicas flexíveis, quer homogêneas quer heterogêneas.

ABNT NBR 14917-2:2022 – Revestimentos resilientes para pisos — Parte 2: Procedimentos para seleção, utilização, instalação, conservação e limpeza - Dispõe procedimentos de instalação de piso vinílico (inspeção, preparo do contrapiso, seleção de adesivos compatíveis, aplicação e cuidados), inclusive sobre piso elevado.

NORMAS COMPLEMENTARES DE DESEMPENHO DE EDIFÍCIOS

ABNT NBR 15575 – Edificações habitacionais — Desempenho - Trata de desempenho de sistemas de pisos, incluindo isolamentos acústico e de impacto que podem ser exigidos em projetos de áreas internas.

3.3 – A CONTRATADA deverá adotar, além dos procedimentos estabelecidos neste documento, todas as normas legais pertinentes à execução segura da atividade.

3.4 – Deverão ser fornecidos e instalados os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados às atividades de impermeabilização e trabalho em altura.

3.5 – A CONTRATADA, ao término da execução do objeto, deverá apresentar Manual de Manutenção e Termo de Garantia dos materiais e serviços.

3.6 – O descarte dos pisos e materiais substituídos será da responsabilidade da CONTRATADA, porém, haverá uma avaliação da DATAPREV para eventual armazenamento em estoque.

3.7 – Os componentes e materiais a serem fornecidos deverão ser novos, condizentes com as especificações e aprovados pela DATAPREV.

ANEXO II – PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIT	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			A	B	C = A x B
1	SUBSTITUIÇÃO DO PISO ELEVADO				
1.1	MATERIAIS				
1.1.1	PISO ELEVADO EM PLACAS 60X60CM REF G8P FEITO EM TERMOPLASTICO RECICLADO, COM PEDESTAIS AJUSTÁVEIS QUE ELEVAM O SISTEMA EM 14 CM DE ALTURA ACABADA, SEM REVESTIMENTO PARA USO EM ÁREAS INTERNAS, REF.: REMASTER COMPOSTO DE: PLACA 60X60CM PEQUENA REF G8P, PEDESTAL - CENTRAL REGULAVEL (PDCR-INT), BASE - PEDESTAL REGULAVEL C/TNT, ROSCA - NIVELADORA (PISO REGULAVEL), TUBO - PVC, PRETO, RIGIDO - Ø41,5MM X 2M (BEN.) E ADESIVO - RADCOL PU REMASTER 1KG.	m²	272		0,00
1.2	MÃO DE OBRA				
1.2.1	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DAS PLACAS E ACESSÓRIOS	m²	272		0,00
TOTAL ITEM 1					0,00
2	RECOLAGEM DO PISO VINÍLICO 47,5x47,5CM				
2.1	MATERIAL				
2.1.1	ADESIVO PARA ASSENTAMENTO DE PISO VINILICO QUE PERMITA A REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DO PISO VINÍLICO SEM DANIFICAR O EXISTENTE, REF: TACKFIX ADESIVO TACK PERMANENTE, PRODUTO ATÓXICO E SEM ODOR FORTE, RENDIMENTO: 150G/M²	m²	272		0,00
2.2	MÃO DE OBRA				
2.2.1	REMOÇÃO DO PISO VINÍLICO EXISTENTE	m²	272		0,00
2.2.2	LIMPEZA DO PISO VINÍLICO E DO PISO ELEVADO EXISTENTE	m²	272		0,00
2.2.3	REINSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EXISTENTE	m²	272		0,00
TOTAL ITEM 2					0,00
TOTAL GLOBAL					0,00

Obs1: Deve-se preencher somente os campos em amarelo, os demais serão preenchidos automaticamente.

Obs2: O frete para entrega dos materiais deve estar incluso nos preços.

Obs3: Os preços dos materiais e serviços acessórios devem estar incluídos nos preços.

Obs4: Os serviços de remoção e realocação das estações de trabalho serão de responsabilidade da Dataprev.

Obs5: O descarte dos pisos e materiais inservíveis serão da responsabilidade da Contratada, porém, terá uma avaliação da Dataprev para armazenamento em estoque.

Obs6: A Dataprev será responsável pela desinstalação e instalação da parte elétrica e de rede, se necessário.

Obs7: Se algumas peças do piso vinílico estiver danificada, a Dataprev fornecerá peças para substituição.



**Termo de Referência
Substituição do Piso Elevado – CE**

ANEXO III

ATESTADO DE VISITA

Atestamos, para fins de participação no processo de contratação dos serviços de empresa especializada para o serviço de substituição do piso elevado e colagem do revestimento do piso vinílico, com fornecimento de materiais, localizadas nos pavimentos 2 e 3 do edifício da filial da DATAPREV Ceará, que a empresa , através do seu representante abaixo identificado, compareceu à Visita Técnica nos locais dos serviços acima referenciados, se inteirando perfeitamente de todas as condições e informações que possam afetar o custo e o prazo de execução destes serviços.

Fortaleza, ____ de _____ de 2026

DATAPREV

Nome: _____

VISITANTE

Nome: _____

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DO ATESTADO DE VISITA

Eu, , CPF: , na condição de representante legal da empresa com razão social:..... , CNPJ: , atesto, para fins de participação no processo de contratação dos serviços de empresa especializada para o serviço de substituição do piso elevado e colagem do revestimento do piso vinílico, com fornecimento de materiais, localizadas nos pavimentos 2 e 3 do edifício da filial da DATAPREV Ceará, que a Empresa, através de seus representantes, **não** realizou a visita técnica ao local dos serviços, e se responsabiliza por todas as condições e informações que possam afetar o custo e o prazo de execução destes serviços.

Fortaleza, ____ de _____ de 2026

Assinatura do Representante da Empresa

Nome do Representante da Empresa



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91083/2026
PROCESSO Nº 44129.002607/2026-09
CONTRATO Nº**

TERMO DE SIGILO E PRIVACIDADE VINCULADO AOS CONTRATOS

Cláusula Primeira – OBJETO

Constitui objeto deste Termo o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela contratada, doravante denominada **PARTE RECEPTORA**, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela contratante, doravante denominada **PARTE REVELADORA**, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do Contrato Principal celebrado entre as partes.

Cláusula Segunda – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1 Para os efeitos deste **TERMO** aplicam-se os seguintes termos e definições:

2.1.1 Confidencialidade ou Sigilo

Propriedade de que a informação não seja revelada a pessoa física, sistema, órgão ou entidade não autorizados e credenciados.

2.1.2 Contrato de trabalho ou Contrato principal

Contrato celebrado entre as partes, ao qual este Termo de Sigilo se vincula.

2.1.3 Dado pessoal

Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável (Lei nº 13.709/2018).

2.1.4 Dado pessoal sensível

Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

2.1.5 Informação

Conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

2.1.6 Informação de acesso restrito

Aquelas que estão submetidas temporariamente à restrição de acesso público.

2.1.7 Informação sigilosa

Aquelas que estão submetidas à restrição de acesso público, cujo conhecimento e divulgação estão regidos por esse instrumento.

2.1.8 Informações de acesso restrito, sigilosas por legislação específica (não exaustivas):

- I. Hipóteses de sigilo aplicáveis a informações de natureza patrimonial:
 - a) Segredo industrial (L. 9.279/1996);
 - b) Direito autoral (L. 9.610/1998); e
 - c) Propriedade intelectual de Software (L. 9.609/1998).
- II. Hipóteses de sigilo decorrentes de direitos de personalidade:
 - a) Sigilo Fiscal (Art. 198 da Lei nº 5.172/196);
 - b) Sigilo bancário (Art. 1º da Lc nº 105/2001);
 - c) Sigilo Comercial (§2º do art. 155 da Lei nº 6.404/1976);
 - d) Sigilo Empresarial (Art. 169 da Lei nº 11.101/2005); e
 - e) Sigilo Contábil (Art. 1.190 e 1.191 da Lei nº 5.869/1973).
- III. Hipóteses de sigilo decorrentes de processos e procedimentos:
 - a) Sigilo de inquérito policial (Art. 20 da Lei nº 3.689/1941);
 - b) Segredo de justiça no processo civil (Art. 189 da Lei nº 13.105/2015); e
 - c) Segredo de justiça no processo penal (§6º do art. 201 da Lei nº 3.689/1941).

2.1.9 Necessidade de conhecer

Condição pessoal inerente à função ou atividade, indispensável para que o colaborador tenha acesso a dados ou informações classificadas. De acordo com este princípio, os colaboradores só devem ter acesso às informações necessárias para o desenvolvimento de suas atividades dentro da empresa.

2.1.10 Tratamento ou processamento de dados pessoais

Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Cláusula Terceira – INFORMAÇÕES SIGILOSAS

§1º Serão consideradas como informações sigilosas, toda e qualquer informação, revelada a outra parte por razão da execução do contrato, contendo ou não marcação ou rótulo de grau de sigilo. O termo “informação” abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando, a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da contratante e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao Contrato Principal, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelos seus empregados, a **PARTE RECEPTORA** venha a ter acesso,



conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do Contrato Principal celebrado entre as partes.

§2º **A PARTE RECEPTORA** compromete-se a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do Contrato Principal, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do Contrato Principal.

§3º As estipulações e obrigações contidas neste Termo não serão aplicadas a qualquer informação que seja comprovadamente de domínio público, exceto se decorrer de ato ou omissão do beneficiado ou tenha sido comprovada e legitimamente recebida de terceiros, estranhos ao presente instrumento ou ainda informações resultantes de pesquisa pelo beneficiado.

Cláusula Quarta – EXTENSÃO DA RESPONSABILIDADE

§1º **A PARTE RECEPTORA** se obriga a:

- a) Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das informações sigilosas por seus agentes, representantes ou por terceiros; e
- b) Comunicar à **PARTE REVELADORA**, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente.

Cláusula Quinta – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

§1º **A PARTE RECEPTORA** se compromete e se obriga a utilizar a informação sigilosa revelada pela **PARTE REVELADORA** exclusivamente para os propósitos da execução do Contrato Principal, em conformidade com o disposto neste deste Termo.

§2º **A PARTE RECEPTORA** se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da **PARTE REVELADORA**.

§3º **A PARTE RECEPTORA** se compromete a obter o aceite formal dos funcionários que atuarão direta ou indiretamente na execução do Contrato Principal sobre a existência deste Termo, bem como da natureza sigilosa das informações, a instruir sobre as formas de tratamento das informações a que terão acesso, e dar ciência à **PARTE REVELADORA** dos documentos comprobatórios quando solicitado.

§4º **A PARTE RECEPTORA** obriga-se a tomar todas as medidas necessárias a proteção da informação sigilosa, bem como para evitar e prevenir a revelação a terceiros.

§5º **A PARTE RECEPTORA** deve adotar Política de Segurança de Informação que comprove o atendimento dos requisitos de sigilo e segurança definidos no âmbito do contrato.



§6º **A PARTE RECEPTORA** deverá, quando requerido pela **PARTE REVELADORA**, proceder com o imediato descarte de forma irreversível, incluindo todas e quaisquer cópias eventualmente existentes em qualquer suporte de todas as informações sigilosas sob sua custódia referentes ao contrato principal.

Cláusula Sexta – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

§1º Ambas as partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, em qualquer formato ou suporte, cooperando mutuamente para observar e seguir a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

§2º Necessidades de coleta de consentimento para outras finalidades deverão ser identificadas e correr sob responsabilidade da **PARTE REVELADORA**.

§3º São escopo de tratamento somente os dados pessoais indispensáveis para a execução do objetivo contratual, e conforme bases legais pré-estabelecidas e acordadas, cabendo à **PARTE RECEPTORA** observar estritamente a finalidade a que se destinam os dados pessoais a que venha a ter conhecimento.

§4º À **PARTE RECEPTORA** é vedada qualquer forma de compartilhamento de dados pessoais com terceiros fora do âmbito do contrato.

§5º Ao término do contrato, a **PARTE RECEPTORA** deverá comprovar a cessação de acessos, uso e o descarte definitivo, conforme procedimentos a serem determinados pela **PARTE REVELADORA**.

§6º A **PARTE RECEPTORA** adotará todas as medidas de segurança necessárias para impedir o acesso não autorizado, divulgação, alteração ou destruição não autorizada dos dados pessoais, no que couber.

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

§1º Surgindo divergências quanto a interpretação do acordo pactuado neste instrumento ou quanto a execução das obrigações dele decorrentes ou, se constatados casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade e da economicidade.

§2º O disposto no presente Termo prevalecerá sempre em caso de dúvida, e salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Ao assinar o presente instrumento, a **PARTE RECEPTORA** manifesta sua concordância no sentido de que:

a) O não exercício, por qualquer uma das Partes, de direitos assegurados neste instrumento não importará em renúncia aos mesmos, sendo considerado como mera tolerância para todos os



efeitos de direito;

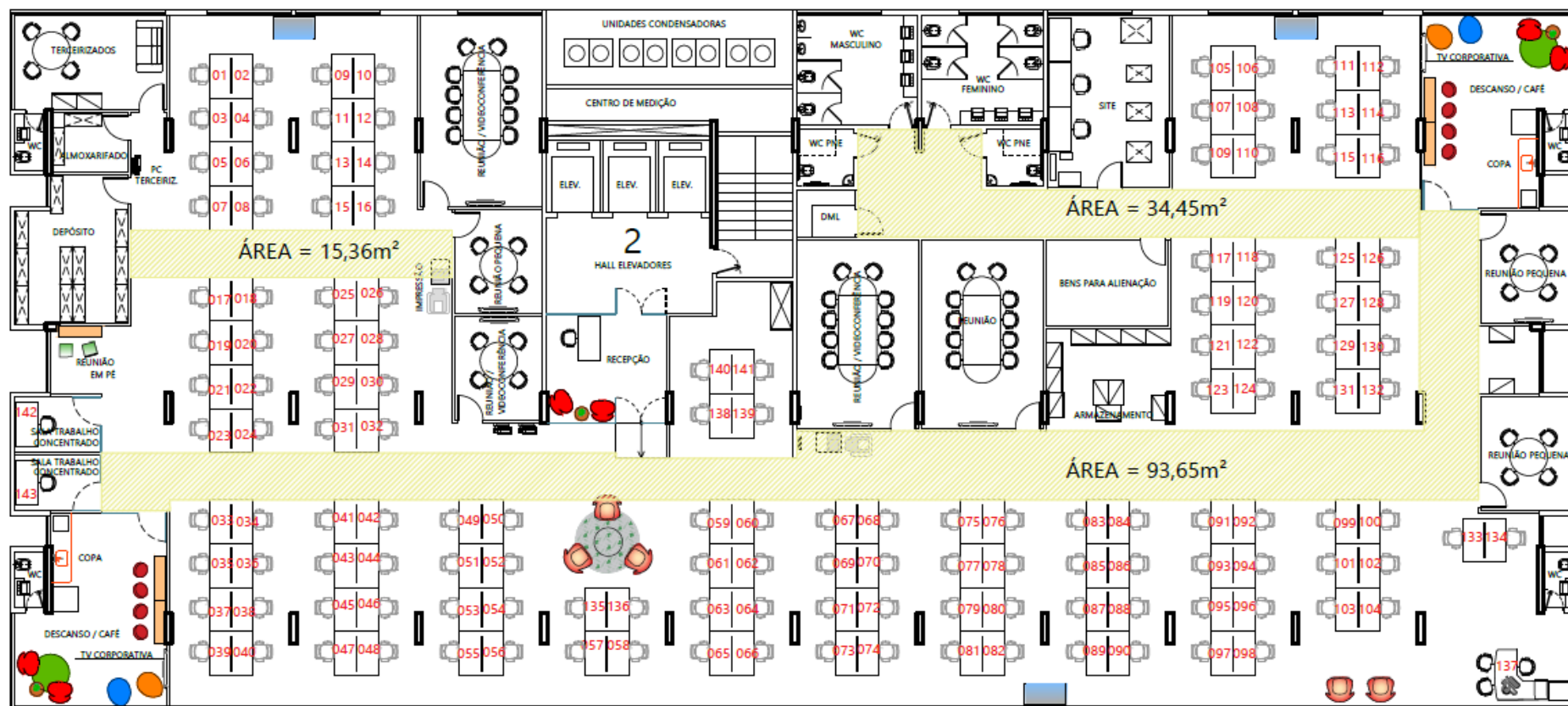
- b) Todas as condições, termos e obrigações ora constituídas serão regidas pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- c) O presente Termo somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;
- d) Teve acesso e compromete-se a seguir a Política de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais –PSIP e o Código de Ética e Integridade, disponíveis no Portal da DATAPREV.
- e) Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a **PARTE RECEPTORA** não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste Termo de Sigilo, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- f) O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a **PARTE RECEPTORA**, serão incorporados a este Termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas; e
- g) Este Termo não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas afiliadas, nem em obrigação de divulgar informações sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – VIGÊNCIA

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de início das atividades pertinentes ao Contrato Principal, mantendo-se em vigor por prazo indeterminado, a não ser que haja disposição em contrário por escrito, estipulada pela **PARTE REVELADORA** mesmo após o término do Contrato Principal ao qual está vinculado.

EMPRESA DE TECNOLOGIA E
INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA DATAPREV

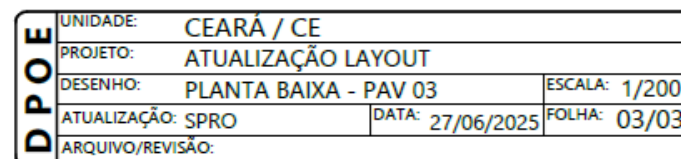
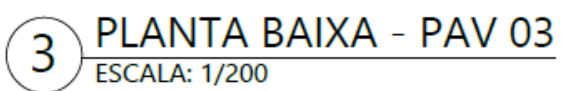
PARTE RECEPTORA



2 PLANTA BAIXA - PAV 02
ESCALA: 1/200



DPOE	UNIDADE:	CEARÁ / CE		
	PROJETO:	ATUALIZAÇÃO LAYOUT		
	DESENHO:	PLANTA BAIXA - PAV 02	ESCALA:	1/200
	ATUALIZAÇÃO:	SPRO	DATA:	27/06/2025
	ARQUIVO/REVISÃO:		FOLHA:	02/03





CONTRATO Nº.....
PROCESSO Nº 44129.002607/2026-09
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
DE SUBSTITUIÇÃO DE PISO ELEVADO E
COLAGEM DO REVESTIMENTO DO PISO
VINÍLICO, COM FORNECIMENTO DE
MATERIAIS, QUE ENTRE SI FAZEM A
EMPRESA DE TECNOLOGIA E
INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA S.A. –
DATAPREV E A, NA
FORMA ABAIXO:

Pelo presente Instrumento Particular, a **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA S.A. – DATAPREV**, empresa pública constituída nos termos da Lei n.º 6.125, de 04/11/1974, alterada pela MP n.º 2.216-37, de 31/08/2001, com Estatuto Social alterado pela 28ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025, inscrita no CNPJ sob o nº 42.422.253/0001-01, localizada no SAUS, Quadra 01, Blocos E/F, Brasília/DF, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(ais) infra-assinado(s), doravante denominada simplesmente **DATAPREV**, de um lado, e, de outro, a (**Razão Social – nome empresa**), inscrita no CNPJ sob o n.º (*número*), localizada na (*endereço*), doravante denominada, simplesmente, **CONTRATADA**, conforme Relatório de Adjudicação e Homologação e Solicitação de Compras nº, de, constantes do Processo nº, Pedido de Compra nº, decorrente do Pregão Eletrônico nº, e com fundamentação na IN SEGES/ME Nº 073/2022, na Lei nº. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e na Lei nº 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da Dataprev – RLCD e legislação correlata, têm entre si ajustado o **CONTRATO** em referência, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO:

1.1 A **Contratada**, por este Instrumento e na melhor forma de direito, se obriga a prestar à **Dataprev** serviço substituição do piso elevado e colagem do revestimento do piso vinílico, com fornecimento de materiais, localizados nos pavimentos 2 e 3 do edifício da filial da DATAPREV Ceará.

1.2. São partes integrantes deste Instrumento o Edital do Pregão Eletrônico nº e seus Anexos, o Pedido de Compra nº e a proposta da **Contratada**, que, deverão, neste ato, também, ser assinados pelas partes contratantes.

1.3. A eventual divergência entre as disposições contidas nos instrumentos integrantes deste **CONTRATO** será dirimida com a prevalência sobre as demais na seguinte ordem: pela redação deste instrumento de Contrato, do Termo de Referência e demais anexos, pelo texto do Edital, pelo Pedido de Compras e, por último, a proposta comercial da **Contratada**.

1.4. Não se aplicam as premissas presentes na Proposta Comercial que conflitem ou limitem o escopo da contratação, os serviços a serem desenvolvidos, as responsabilidades das partes, a esteio da disciplina deste instrumento contratual e do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:



2.1 As obrigações da **Dataprev** e da **Contratada** estão previstas nos documentos que integram este **CONTRATO**, especialmente no Termo de Referência anexo do Edital, bem como nas cláusulas abaixo identificadas:

2.2. São obrigações complementares da **Contratada**:

2.2.1. Observar a disciplina da Lei nº. 12.846, de 2013 que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

2.2.2. Dar conhecimento do Código de Ética da **Dataprev** aos seus empregados, que exerçam atividades nas dependências desta Empresa Pública Federal, a fim de garantir a fiel observância das regras e orientações éticas contidas no referido código.

2.2.3. Observar os ditames do Decreto nº. 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PRAZO:

3.1 O prazo de vigência do contrato será de meses, com início a partir da última assinatura digital do Pedido de Compra/ Contrato e término em, podendo ser prorrogado, em conformidade com o art. 71 da Lei nº 13.303/2016 e art. 94 do Regulamento de Licitações da Dataprev.

CLÁUSULA QUARTA

DA CONFIDENCIALIDADE:

4.1 A **Contratada** reconhece a necessidade da guarda do sigilo das informações observadas ou prestadas pela **Dataprev** e do cumprimento dos regulamentos de disciplina e segurança física e patrimonial.

CLÁUSULA QUINTA

DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO:

5.1. O preço global estimado do **CONTRATO** é de R\$..... (.....), nele incluído tudo quanto seja preciso para sua realização, tal como mão de obra, impostos federais, estaduais e municipais, taxas, contribuições e emolumentos, vale-transporte, auxílio-alimentação, seguros de acidente de trabalho ou outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a contratação.

5.2. A **Contratada**, por este instrumento e na melhor forma de direito, exime a **Dataprev** de qualquer responsabilidade fiscal ou tributária decorrente da má interpretação na aplicação dos institutos da imunidade, isenção, não-incidência e suspensão da incidência dos tributos ou contribuições de qualquer espécie.

5.3. Os pagamentos pela **Dataprev** oriundos deste Contrato correrão à conta dos recursos consignados Solicitação de Compra (SC) nº., Classificação Contábil nº.

- 5.4. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data-limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- 5.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 5.6. Caberá à **Contratada** apresentar o pleito de reajuste, baseado na variação dos componentes dos custos ocorrida no período, devidamente justificado e demonstrado em planilha de composição analítica dos custos.

CLÁUSULA SEXTA

DO PAGAMENTO:

6.1 O pagamento pela prestação de serviços será efetuado em conformidade com o **Termo de Referência**, no prazo de (xxx) dias, após ter recebido a documentação fiscal da Empresa (Nota Fiscal/Fatura), atestada pelo setor competente, desde que esteja acompanhada da cópia das Certidões emitidas pela Receita Federal do Brasil (encargos previdenciários, dívida ativa da União e débitos tributários), do CRF do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, conforme art. 58, inciso I, da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 642-A da CLT, das certidões de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **Contratada**, todas dentro do prazo de validade, conforme estabelecem a Lei nº 8.212/1991 e a legislação correlata.

6.2. Não se admitirá a qualquer título, adiantamento ou pagamento antecipado.

6.3. A documentação de cobrança deverá ser enviada à Unidade Central de Recebimento, situada na, dentro do horário comercial, devendo indicar o número do Pedido de Compras/Contrato.

6.4. O documento de cobrança deverá estar acompanhado da seguinte documentação, dentro da data de validade, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis:

- a) Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidões Negativas de Débitos do Estado e do Município;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT emitida pelo Poder Judiciário do Trabalho.

6.4.1. A documentação referida no item anterior, relativa às certidões de comprovação de regularidade fiscal e previdenciárias, poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, a exemplo do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, nos termos do art. 65 da Lei 13.303/2016.

6.5. A **Dataprev** irá reter os valores referentes ao IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/PASEP, conforme tabela anexa à Instrução Normativa/RFB vigente.



6.5.1. Caso a **Contratada** esteja dispensada da retenção, por força de isenção, não incidência ou alíquota zero, na forma da legislação específica, deverá ser destacada no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a fundamentação legal da dispensa da retenção, conforme estabelece a aludida Instrução Normativa/RFB.

6.6. A **Dataprev** irá reter, se devido, o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) sobre os valores faturados pela **Contratada**, na forma prevista pela Lei Complementar nº 116, de 31/07/03, e a respectiva Legislação Municipal competente.

6.7. Ocorrendo a alteração de alíquota ou a criação ou extinção de quaisquer tributos que venham a incidir sobre o valor do Contrato, os preços básicos vigente à época serão reajustados em igual proporção, mediante aditamento.

6.8. O pagamento será feito, preferencialmente, mediante crédito em conta bancária ou, alternativamente, por meio de ordem bancária, fatura com código de barra ou ordem bancária de crédito. A **Contratada** deverá indicar no documento de cobrança a modalidade e os elementos para o correto pagamento.

6.9. A **Dataprev** não pagará juros de mora por atraso de pagamento referentes à prestação de serviço com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes do Pedido de Compra (PC) ou do Contrato.

6.10. Do pagamento a ser efetuado na forma e condições estipuladas neste Instrumento, serão descontadas as multas ou acrescidos os créditos porventura devidos ou a receber pela **Contratada**.

6.11. A **Dataprev** se reserva o direito de deduzir de qualquer crédito devido as eventuais diferenças pagas a maior.

6.12. No caso de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **Contratada** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **Dataprev** será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

6.13. A compensação financeira prevista nesta condição dar-se-á no mesmo ato da fatura em mora, desde que o atraso não tenha decorrido de fato de responsabilidade direta ou indireta da **Contratada**.



6.14. A **Contratada** terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos, após a data do pagamento, para qualquer reclamação. Vencido esse prazo, a **Dataprev** considerará quitada sua obrigação.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA GARANTIA DO CONTRATO:

7.1 Para garantir a fiel execução do Contrato, a **Contratada** deverá prestar, no prazo máximo de 10 dias úteis, prorrogáveis por igual período, contados da assinatura do contrato, a garantia de 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, correspondendo a R\$...... (...), em uma das modalidades previstas no art. 70, §1º, da Lei nº 13.303/2016, ficando ressalvada desde já a exigência de eventuais reforços de Garantia, dentro dos limites da Lei.

7.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **Dataprev** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **Contratada**, até o limite do valor da garantia.

7.2.1. A retenção efetuada com base no item 7.2 desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à **Contratada**.

7.2.2. A **Contratada**, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item 7.2 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas no art. 70, §1º, da Lei nº 13.303/2016.

7.3. A garantia oferecida na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária deverá ter seu prazo final de vigência estabelecido excedendo em, no mínimo, 03 (três) meses o prazo final do presente Contrato.

7.4. A garantia prestada assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos no inadimplemento do contrato;
- b) prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas à **Contratada**;
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, não adimplidas pela **Contratada**.

7.5. Não serão aceitas garantias oferecidas na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária que possuam cláusulas ou condições que impeçam ou restrinjam seu uso em favor da **Dataprev** durante a execução deste Contrato.

7.6. Nos casos em que valores de multas ou indenizações venham a ser descontados da garantia, o valor original desta deverá ser recomposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de eventual rescisão administrativa do Contrato.

7.7. A garantia prestada pela **Contratada** somente será liberada ou restituída após a integral execução do Contrato, bem como a comprovação de quitação de todos os encargos trabalhistas e fiscais, e das sanções eventualmente aplicadas.

7.8. Rescindido o contrato por culpa da **Contratada**, perderá esta, em favor da **Dataprev**, a garantia prestada, na condição de multa meramente moratória.

CLÁUSULA OITAVA

DA FORÇA MAIOR:

8.1. Para os efeitos do presente **CONTRATO**, entende-se por força maior todo fato ou circunstância imprevisível, ou, se previsível, impossível de ser evitado e que impeça o cumprimento de obrigações contratuais.

8.2. Só serão considerados motivos de força maior os que forem comunicados ao Gestor do **CONTRATO** no prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua verificação e comprovados até 7 (sete) dias depois de sua cessação.

8.3. Cessados os efeitos decorrentes dos motivos de força maior, serão restabelecidos os prazos afetados, com as devidas correções guardando proporção aos atrasos verificados, podendo o valor de tais correções atingir, no máximo, o correspondente a dois atrasos.

8.4. No caso de não ser reconhecida a alegação de motivo de força maior, o tempo desperdiçado será computado como atraso, para todos os efeitos.

8.5. Não poderá invocar as exceções da força maior a parte que houver agido com culpa concomitante ou anteriormente ao evento.

CLÁUSULA NONA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

9.1. Por inadimplência de qualquer cláusula ou condição do presente Contrato, a **Dataprev** poderá, garantida a prévia defesa e ressalvados os motivos de força maior ou caso fortuito, aceitos pela **Dataprev**, aplicar à **Contratada**, conforme o tipo e gravidade da infração, as seguintes sanções administrativas, isolada ou cumulativamente, além daquelas específicas previstas no Termo de Referência:

a) advertência por escrito, em razão de descumprimentos contratuais que não causem qualquer espécie de prejuízo financeiro, econômico, material ou institucional para a **Dataprev**;

b) multas previstas no Termo de Referência.

c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a **Dataprev**, por prazo não excedente de 02 (dois) anos, a ser fixado no ato da suspensão, segundo a natureza e a gravidade da falta, quando a **Contratada** cometer falta grave, sob a perspectiva da **Dataprev**;

9.2. As sanções eventualmente aplicadas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **Dataprev**.

9.3. À aplicação de qualquer das penalidades previstas neste contrato será assegurado direito de defesa que resguarde os princípios do contraditório e da ampla defesa, observando-se o previsto na Lei nº 13.303/2016.

9.4. Se a(s) multa(s) aplicada(s) não for(em) paga(s) espontaneamente, a **Dataprev** poderá optar pelo desconto do valor caucionado em garantia do cumprimento das obrigações contratuais ou do(s) pagamento(s) eventualmente devido(s) à **Contratada**.

9.5. As multas podem ser aplicadas cumulativamente e estão limitadas em 10% (dez por cento) do valor desta contratação, sem prejuízo da rescisão unilateral por inadimplemento da **Contratada**.

9.6. As sanções serão registradas no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

9.7. A **Dataprev** deverá informar os dados relativos às sanções por ela aplicada aos contratados de forma a manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que trata a Lei nº 12.846 de 2013.

9.8. As infrações penais tipificadas no Capítulo II-B do Código Penal serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA RESCISÃO:

10.1, A inexecução total ou parcial deste Contrato por parte da **Contratada** assegurará à **Dataprev** o direito de rescisão, nos termos do artigo 69, VII, da Lei nº 13.303/2016 e do Código Civil, preferencialmente mediante notificação por carta, contrarrecibo, respeitado o direito de defesa previsto no §2º, do artigo 82 da citada Norma.

10.2. A notificação poderá ser realizada por outro meio hábil, desde que seja comprovado o envio e respectivo recebimento pela **Contratada**.

10.3. A rescisão do Contrato poderá ocorrer:

10.3.1. De forma unilateral;

10.3.2. Por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a **Dataprev** e para a **Contratada**;

10.3.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por determinação judicial.

10.4. Constituem motivo para rescisão unilateral do contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

c) O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

d) A prática de atos lesivos à administração pública previstos na Lei 12.846 de 2013;

e) Inobservância da vedação ao nepotismo;



f) Prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da **Dataprev**, direta ou indiretamente.

g) razões de interesse público motivadas pela autoridade competente da Dataprev.

10.5. A rescisão amigável pressupõe comunicação prévia e formal com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

10.5.1. A efetivação da rescisão de forma amigável só poderá se dar após a comprovação de quitação de todos os débitos da **Contratada** perante os prestadores de serviços, ao fisco e à **Dataprev**.

10.6. Caso a **Dataprev** não utilize o direito de rescindir o Contrato nos termos desta Cláusula, e sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, suspender ou intervir na execução do Contrato, até que a **Contratada** cumpra integralmente a(s) condição(ões) contratual(is) infringida(s).

10.7. A **Contratada** responderá ainda, em caso de rescisão unilateral por culpa exclusiva da **Contratada**, pelo eventual dano causado à **Dataprev** correspondente à diferença entre o preço estabelecido neste instrumento e aquele que a **Dataprev** vier a pagar a outro prestador de serviço pelo período em que este contrato deveria permanecer vigente, sem prejuízo da responsabilidade civil decorrente do disposto nos artigos 927 e 935 do Código Civil.

10.8. A rescisão decorrente dos motivos elencados nas alíneas "a", "c", "d", "e" e "f" do item 10.4 retro será efetivada após o regular processo administrativo.

10.9. Os efeitos da rescisão do contrato se operarão a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO:

11.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos arts. 72 e 81 da Lei 13.303/2016, sempre mediante celebração de Termo Aditivo.

11.2. As situações descritas no art. 105, §1º do Regulamento de Licitações e Contratos da **Dataprev**, podem ser registradas por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. As situações descritas no art. 105, §1º do Regulamento de Licitações e Contratos da **Dataprev**, podem ser registradas por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo.

12.2. A **Dataprev** não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se de quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a **Contratada** por perdas e danos em decorrência de tais transações.



12.3. Fica acordado entre as partes que, na hipótese de qualquer das cláusulas deste Instrumento ser considerada inválida ou inexecutável, todas as demais cláusulas e itens permanecerão em pleno vigor e efeito.

12.4. Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção, por parte da **Dataprev**, de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam pelo contrato, ou a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações, que poderão ser exercidos, a qualquer momento, a seu exclusivo critério, não alterará, de modo algum, as condições estipuladas no Contrato, nem obrigará a **Dataprev**, relativamente a vencimentos ou inadimplementos futuros.

12.5. Todos os prazos e condições do Contrato, salvo expressa disposição em contrário, vencem-se independentemente de aviso ou interpelação judicial e os dias citados se compreendem como corridos.

12.6. Qualquer omissão ou tolerância no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato ou no exercer prerrogativa dele decorrente não constituirá novação ou renúncia, nem afetará o direito das partes de exercê-lo, a qualquer tempo.

12.7. Havendo propositura de qualquer ação, de natureza civil ou trabalhista, em decorrência deste Contrato, mesmo que a **DATAPREV** não figure como parte, fica desde já autorizada a retenção dos valores dos serviços mensais a serem pagos, até o montante compatível ao valor pleiteado na demanda, que será retido até a solução definitiva da lide, ficando a **Contratada** impossibilitada de rescindir o presente Instrumento seja a que título for, sob pena de pagamento de indenização cumulada com perdas e danos e perda da garantia.

12.8. A subcontratação parcial não mitiga ou exclui a responsabilidade da **Contratada** sobre toda a execução contratual.

12.9. Aplicam-se à execução do contrato e, especialmente aos casos omissos, a Lei nº 13.303/2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos Administrativos e os preceitos de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIA:

13.1. Todas as comunicações relativas ao presente Instrumento serão consideradas como feitas regularmente se entregues mediante recibo ou enviadas por carta protocolada, telegrama ou *e-mail*.

13.2. As comunicações dirigidas à **Contratada** deverão ser encaminhadas ao seguinte endereço -

13.3. As comunicações dirigidas à **Dataprev** deverão ser encaminhadas ao Gestor do **CONTRATO**, no seguinte endereço -

13.4. Eventuais alterações dos endereços mencionados nesta Cláusula poderão ser formalizadas mediante comunicação com confirmação de recebimento, sem necessidade de aditamentos ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DO GESTOR:

14.1. O Gestor da execução do presente Contrato pela **Dataprev** é aquele especificado no Termo de Referência, que ficará responsável pelo controle e acompanhamento da execução deste Contrato, em todas as suas fases, e a quem deverão ser encaminhados, pela **Contratada**, todos os documentos pertinentes do objeto do presente Contrato, para atesto, ciência e outras observações que julgar necessárias ao cumprimento integral das Cláusulas ora acordadas.

14.2. O Gestor deverá, ainda:

- a) Zelar pela proteção dos dados pessoais conforme disciplinado na cláusula décima sexta;
- b) Anotar em registro próprio, físico ou eletrônico, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- c) Prestar informações à **CONTRATADA** sobre os resultados do controle e acompanhamento dos serviços, bem como de aprovações, observações ou irregularidades havidas;
- d) Transmitir à **Contratada** as determinações da **Dataprev**;
- e) Aplicar as sanções previstas neste Instrumento;
- f) Solicitar, a qualquer tempo, os documentos que comprovem o adimplemento, pela **Contratada**, das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas relativas ao Contrato;
- g) Solicitar à **Contratada** todas as informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento e controle das atividades;
- h) Determinar a prioridade de atividade e controle das suas condições de execução e solucionar quaisquer casos concernentes a esses mesmos assuntos;
- i) Solicitar, sem qualquer ônus para a **Dataprev**, a substituição de qualquer empregado da **Contratada** que embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora da DATAPREV.
- j) Dirimir eventuais dúvidas perante o "DPO" da **Dataprev** para a correta aplicação do disposto no item 16.6.

14.3. A ação ou omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização não eximirá a **Contratada** de sua responsabilidade pelo fiel cumprimento do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO, CONFORMIDADE E DE INTEGRIDADE:

15.1. As **partes** cumprirão a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e o respectivo Decreto regulamentador, nº 11.129/2022, notadamente em ter e manter mecanismos para a Integridade,



e a Contratada tomará ciência das normas e exigências constantes das políticas internas da Dataprev, em especial a Política de Conformidade e Integridade da Dataprev, a Política de Transações com Partes Relacionadas, Plano Diretor de Integridade e Conformidade e o Código de Conduta Ética e Integridade da Dataprev, todos disponíveis no portal da Dataprev, comprometendo-se a não praticar qualquer atividade que constitua uma violação à referida legislação.

15.1.1 As **Partes** declaram e garantem que nenhuma fase da execução do contrato, como, a título de exemplificação, a de obtenção de licenças ou autorizações oficiais relevantes, aprovação de testes operacionais ou inspeções de bens ou locais, será realizada por meios ilícitos.

15.1.2 As **Partes** comprometem-se ainda a adotar medidas razoáveis e eficazes para assegurar que todos seus colaboradores, empregados e dirigentes, que trabalham direta ou indiretamente no Contrato, cumpram tal garantia.

15.1.3 A obrigação de não corrupção das Partes mantém-se após a cessação de vigência do presente Contrato.

15.2. As **Partes** declaram, garantem e aceitam que, com relação a este Contrato, não houve e não haverá nenhuma tentativa, solicitação, exigência, cobrança ou obtenção para si e para outrem de vantagem indevida ou promessa de vantagem indevida, a pretexto de influir em ato praticado por agente público e/ou privado, restando expresso, ainda, que nenhum favorecimento, taxa, dinheiro ou qualquer outro objeto de valor foi ou será pago, oferecido, doado ou prometido pelas Partes ou por qualquer de seus agentes ou empregados, direta ou indiretamente.

15.3. As **Partes**, por meio de todos seus colaboradores, empregados e dirigentes, que trabalham direta ou indiretamente no Contrato, também se obrigam a cumprir a legislação referida no item 15.1 e garantem que não irão, em razão deste Contrato, ou de quaisquer outras transações comerciais envolvendo as partes, transferir qualquer coisa de valor, direta ou indiretamente, a qualquer pessoa do setor privado ou servidores e empregados públicos, de todas as esferas, a fim de obter ou manter qualquer outro benefício ou vantagem indevida.

15.4. A **Contratada** declara e garante que nem ela nem seus dirigentes foram (i) condenados ou indiciados sob a acusação de corrupção ou suborno; (ii) listados em alguma entidade governamental, como o CGU-CEIS e o CNEP; (iii) sujeitos a restrições ou sanções econômicas e de negócios por prática anticoncorrencial; e (iv) banidos ou impedidos, de acordo com qualquer lei que seja imposta ou fiscalizada por qualquer entidade governamental.

15.5. A **Contratada** obriga-se a manter registros contábeis fidedignos e concorda que, a Dataprev poderá, nos termos da legislação aplicável, proceder à verificação de Integridade (Due Diligence) e verificação de compliance com a Contratada de que trata essa Cláusula, inclusive diligências visando avaliar a conformidade, qual seja, o cumprimento de todos os regulamentos, leis e legislação anticorrupção pela Contratada, sendo que a Contratada irá cooperar totalmente no curso de qualquer verificação de integridade e conformidade, obrigando-se a apresentar as



informações e documentos eventualmente necessários, sempre que solicitado, inclusive quanto ao preenchimento, sempre que provocado, do questionário de Due Diligence de Integridade da Dataprev.

15.5.1. O exercício dessas prerrogativas está restrito, em regra, ao presente processo licitatório e à vinda execução contratual.

15.6. A **Contratada** notificará prontamente, por escrito, a **Dataprev** acerca do recebimento de qualquer notificação de qualquer entidade governamental – de qualquer dos poderes e da administração pública direta ou indireta – relacionada a fatos ou investigações relativas a atos de corrupção, a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção e, ainda, de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta Cláusula.

15.6.1 Caberá a **Dataprev**, por meio de seu sistema de Integridade interno, avaliar as providências cabíveis, de suspensão e/ou demais penalidades legais e contratuais, inclusive de processo administrativo interno de responsabilização de pessoa jurídica, previsto na legislação descrita no item 15.1, bem como normatizado internamente pela **Dataprev**, e a ser conduzido pela Corregedoria da **Dataprev**.

15.7. O descumprimento desta Cláusula pela **Contratada** ou seus colaboradores, empregados e dirigentes, ressalvadas as demais hipóteses de rescisão previstas em lei ou neste instrumento, será considerado infração grave e conferirá à **Dataprev** o direito de rescindir de imediato o Contrato, ficando a **Contratada** obrigada a eximir a **Dataprev** de quaisquer ações, perdas e danos decorrentes de tal descumprimento. Ainda, nessa hipótese de violação a qualquer legislação anticorrupção, conformidade e de Integridade, a **CONTRATADA** ficará responsável por indenizar a **Dataprev** de todo e qualquer dano que esta suporte em razão do descumprimento das obrigações e declarações estabelecidas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS:

16.1. A **Dataprev** e a **Contratada**, durante toda a execução do contrato, se obrigam a observar a disciplina da Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

16.2 A **Contratada** somente transferirá dados pessoais e dados pessoais sensíveis à **Dataprev** quando houver o consentimento específico do titular, ressalvadas as hipóteses de dispensa de consentimento previstas na Lei nº 13.709/2018.

16.3 A **CONTRATADA** se compromete a cooperar com a **Dataprev** no atendimento aos requisitos legais relativamente à proteção dos dados pessoais, no propósito, notadamente, de respeitar os direitos dos titulares dos dados, de acordo com o Capítulo III da Lei 13.709/18.



16.4 A **Contratada** informará formalmente seus empregados e colaboradores sobre as obrigações constantes na presente Cláusula, bem como sobre a Política de Segurança da Informação e Privacidade – PSIP da **Dataprev**.

16.5 Quando a coleta de dados pessoais for condição para o fornecimento de produto ou de serviço, após a aprovação prévia e fundamentada da **Dataprev**, a **Contratada** deverá informar e obter o consentimento do titular do dado pessoal.

16.5.1 Após a aprovação prévia e fundamentada da **Contratada**, a **Dataprev** poderá obter diretamente o consentimento do titular do dado pessoal.

16.5.2 Os dados pessoais coletados somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços/ aquisição dos produtos especificados no objeto da presente contratação.

16.5.3 Os dados pessoais coletados serão armazenados em banco de dados seguro, mantido no território nacional, preferencialmente na estrutura da própria **Dataprev**, vedado o compartilhamento com terceiro.

16.6 A **Contratada**, por meio do seu “DPO”, comunicará ao “DPO” da **Dataprev** a ocorrência de qualquer violação de segurança que tenha consequências diretas ou indiretas no tratamento, bem como qualquer reclamação que possa ser endereçada a ele por qualquer indivíduo interessado no tratamento realizado sob o Contrato. Essa comunicação deve ser feita no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a descoberta da violação de segurança ou após o recebimento de reclamação.

16.6.1 A **Dataprev** poderá solicitar à **Contratada** que preencha o Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais – RIPD, caso entenda que o serviço a ser prestado tenha riscos para os dados pessoais a serem coletados.

16.7 A **CONTRATADA** deverá realizar o descarte dos dados pessoais, de forma segura, após o término do contrato ou quando deixarem de ser necessários ou pertinentes para a execução do presente contrato.

16.8 A não observância de qualquer disposição da Lei nº 13.709/2018 implicará responsabilidade solidária, salvo as exceções previstas no art. 43 da Lei nº 13.709/2018.

16.9 A **Contratada** responderá pelos danos decorrentes da violação da segurança dos dados, quando comprovadamente deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da Lei nº 13.709/2018.

16.10 As empresas subcontratadas, em sendo o caso, também deverão observar as determinações estabelecidas na Lei nº 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

DA PUBLICAÇÃO:

17.1. Incumbirá à **Dataprev** providenciar a publicação dos termos desta contratação, por extrato, no Diário Oficial da União, nos termos do artigo 51, §2º, da Lei nº 13.303/2016.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

DO FORO:

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir e resolver qualquer questão oriunda da interpretação deste **CONTRATO**.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes, assinam o presente na presença das testemunhas abaixo.

**EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES
DA PREVIDÊNCIA S.A. – DATAPREV**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Anexo I do Contrato - MAPA DE RISCO

Risco	Descrição	Alocação do Risco	Impacto	Probabilidade	Tratamento
Atraso na execução contratual	Riscos de atrasos na entrega ou etapas posteriores de serviços contratados, decorrentes do não cumprimento das obrigações pela Contratada	Contratada	Alto	Baixa	Aplicação das cláusulas de sanções administrativas e/ou multa de mora e/ou rescisão unilateral, com contratação direta de remanescente de obra, serviço ou fornecimento
Quantidades insuficientes	Alteração na demanda da Dataprev com a necessidade de aumento ou redução das quantidades	Contratante / Contratada	Alto	Média	Termo aditivo para regular a alteração da demanda. Se houver recusa da Contratada, avaliar nova contratação ou, se viável, contratação emergencial
Fato exógeno superveniente	Ocorrência de fato superveniente que implique na alteração das condições de execução do objeto	Contratante / Contratada	Médio	Baixa	Termo aditivo para regular a alteração das condições de execução do objeto
Reajuste negociado	O índice oficial previamente estabelecido no edital ou no contrato, pode não refletir a real variação dos preços de mercado	Contratante / Contratada	Médio	Baixa	Pesquisa de preços para garantir refletir a real variação dos preços de mercado e celebração de termo aditivo
Perda da vantajosidade quando do reajuste / repactuação / revisão do valor do contrato	Constatação de que os valores do contrato estão acima daqueles praticados pelo mercado	Contratante	Alto	Média	Negociar os valores e/ou a alteração do índice de correção monetária. Se a Contratada não aceitar, avaliar nova contratação
Eventos de Força Maior	Eventos caracterizados como Força Maior, que prejudiquem a continuidade da prestação de serviços	Contratante / Contratada	Alto	Média	Aplicação da cláusula contratual específica regulando o procedimento de

					reconhecimento e cessação dos efeitos
Alteração legislativa	Alteração na legislação que modifica os custos do contrato	Contratante / Contratada	Médio	Alta	Aplicação de cláusula contratual que permite a alteração do valor
Dificuldade em atingir parâmetros mínimos de performance	Serviços prestados pela Contratada abaixo do nível de qualidade	Contratada	Alto	Baixa	Aplicação das cláusulas de sanções contratuais e/ou rescisão unilateral
Inadimplemento contratual	Descumprimento de cláusulas contratuais	Contratante / Contratada	Alto	Média	Aplicação das cláusulas de sanções contratuais e da rescisão unilateral. Avaliar a manutenção do contrato
Violação da integridade nas contratações	Adoção de providências que promovam o combate à corrupção	Contratante / Contratada	Alto	Média	Fiscalização do cumprimento das cláusulas de anticorrupção
Violação das regras e políticas de segurança da informação	Acesso, processamento ou armazenamento indevido dos dados da Dataprev e/ou dos seus clientes que viole as regras e políticas de segurança da Dataprev	Contratada	Alto	Média	Aplicação de cláusula contratual que garanta o cumprimento das regras e políticas de segurança das informações e as penalidades em caso de violação
Violação das regras definidas de Privacidade e Proteção de dados, previstos na LGPD	Acesso, processamento ou armazenamento indevido dos dados pessoais sob o controle da Dataprev e/ou dos seus fornecedores que viole as regras estabelecidas na LGPD	Contratada	Alto	Média	Aplicação de cláusula contratual que garanta o cumprimento sobre as regras estabelecidas na LGPD e as penalidades em caso de violação
Violação das regras de anticorrupção, conformidade e integridade	Ações indevidas que violem as regras Anticorrupção, Conformidade e Integridade	Contratada	Alto	Baixa	Aplicação da cláusula contratual que garanta o cumprimento das regras de anticorrupção, de conformidade e integridade e as penalidades em caso de violação
Danos a terceiros	Danos causados a terceiros em decorrência da execução do objeto	Contratada	Alto	Baixa	Aplicação de sanções administrativas e da cláusula indenizatória

Danos à Contratante	Danos causados à Dataprev em decorrência da execução do objeto	Contratada	Alto	Baixa	Aplicação de sanções administrativas, da cláusula indenizatória e execução da garantia
Desnecessidade superveniente do objeto	Alteração da necessidade do objeto por interesse da Dataprev	Contratante	Alto	Média	Rescisão amigável ou execução da cláusula de rescisão antecipada
Encerramento do contrato sem verificação de todas as obrigações da Contratada	Verificação da inexistência de pendências contratuais e legais	Contratada	Alto	Média	Retor o pagamento e notificar a Contratada para a regularização das pendências, se existirem